

Sumário

Capítulo 1 ▶ ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO E DIREITO FINANCEIRO	17
1. Atividade Financeira do Estado. Conceito e Objeto. Direito Financeiro	17
2. Direito Financeiro	18
3. Finanças Públicas na Constituição de 1988. Competência legislativa.....	19
4. Fontes do Direito Financeiro	22
5. Princípios do Direito Financeiro	27
6. A Lei nº 13.655/2018 (LINDB) e o Direito Financeiro	27
Capítulo 2 ▶ ORÇAMENTO PÚBLICO	37
1. Origem e conceito.....	37
2. Princípios orçamentários.....	39
2.1. Princípio da Legalidade ou reserva legal.....	39
2.2. Princípio da Unidade	40
2.3. Princípio da Universalidade ou Totalidade	42
2.4. Princípio do Orçamento-Bruto	44
2.5. Princípio da Anualidade ou da Periodicidade orçamentária.....	44
2.6. Princípio da Anterioridade ou da Precedência orçamentária	46
2.7. Princípio da Exclusividade	47
2.8. Princípio da Especialização, Especificação ou Discriminação	49
2.9. Princípio da Não afetação ou Não vinculação da Receita	50
2.10. Princípio da Proibição do Estorno de Verbas	56
2.11. Princípio do Equilíbrio Orçamentário.....	59
2.12. Princípio da Programação.....	61
2.13. Princípio da Unidade de Tesouraria (ou Unidade de Caixa)	61
2.14. Princípio da Transparência ou Publicidade	62
3. Espécies de orçamentos.....	65
4. Natureza jurídica	68
5. Orçamento impositivo – Emendas 86/15, 100/2019 e 105/2019.....	72
6. Orçamento participativo	78
7. Emendas do Relator (RP9) ou “Orçamento secreto”	80
8. Leis orçamentárias: espécies e tramitação legislativa	86

8.1. Plano Plurianual	87
8.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).....	91
8.3. Lei Orçamentária Anual (LOA).....	104
8.4. Controle abstrato de constitucionalidade das leis orçamentárias.....	115
9. Ciclo orçamentário.....	115
9.1. Proposta orçamentária	116
9.2. Elaboração orçamentária	121
9.3. Execução orçamentária	130
10. Exercício Financeiro	136
11. Créditos Adicionais	138
11.1. Créditos suplementares.....	140
11.2. Créditos especiais.....	142
11.3. Créditos extraordinários.....	143
Capítulo 3 ► DESPESAS PÚBLICAS	147
1. Conceito de despesas públicas.....	147
2. Espécies de despesas públicas.....	148
2.1. Quanto à competência	148
2.2. Quanto à periodicidade ou regularidade.....	149
2.3. Quanto à natureza	149
2.4. Quanto ao critério econômico	150
2.5. Quanto à extensão ou ao ambiente	150
2.6. Quanto à natureza legal.....	150
3. Execução das despesas públicas	156
3.1. Programação	157
3.2. Licitação.....	158
3.3. Empenho	158
3.4. Liquidação	161
3.5. Ordem de pagamento.....	163
3.6. Suprimento.....	163
3.7. Pagamento.....	163
4. Regime de adiantamento	164
5. Restos a pagar.....	165
6. Contingenciamento de dotações.....	169
7. Disciplina constitucional dos precatórios	169
7.1. Preferência dos débitos de natureza alimentícia.....	176
7.2. Preferência em razão de idade, doença ou deficiência.....	178

7.3. Requisição de Pequeno Valor	182
7.4. Fracionamento do precatório.....	184
7.5. Compensação de precatórios	185
7.6. Diferentes destinos conferidos aos precatórios pela EC 113/2021	186
7.7. Cessão de créditos de precatórios	187
7.8. Amortização de dívidas via precatórios.....	188
7.9. Regime Especial da EC 62/2009	189
7.10. Regime especial de pagamento para os casos de precatórios em mora – de acordo com a EC 99/2017.....	191
7.11. Comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento de pre- catórios e obrigações de pequeno valor.....	198
7.12. Emendas Constitucionais 113 e 114, de 2021.....	199
8. Despesas com pessoal	204
8.1. Controle das despesas com pessoal.....	215
8.2. Regime de Transição da LC 178/2021	222
9. Despesas com a Seguridade Social.....	222
10. Transferências voluntárias.....	223
11. Destinação de recursos públicos para o setor privado.....	228
Capítulo 4 ► RECEITAS PÚBLICAS	231
1. Conceito de receitas públicas	231
2. Classificação das receitas públicas	233
2.1. Quanto à competência do ente federativo	233
2.2. Quanto à regularidade ou periodicidade.....	233
2.3. Quanto à origem ou quanto à coercitividade	233
2.4. Quanto à natureza	238
2.5. Quanto à aplicação ou quanto aos fins a que se destina	239
2.6. Quanto à afetação patrimonial.....	239
2.7. Classificação legal ou quanto à categoria econômica	240
3. Estágios da receita pública	243
3.1. Previsão.....	243
3.2. Lançamento	244
3.3. Arrecadação	245
3.4. Recolhimento	245
4. As receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	246
4.1. Receita Corrente Líquida.....	246
4.2. Responsabilidade na Gestão Fiscal.....	249
4.3. Renúncia de receitas e incentivos fiscais	250

5. Repartição de receitas tributárias	258
5.1. Participação direta no produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte de competência impositiva da União.....	259
5.2. Modalidade de participação no produto de impostos de receitas partilhadas.....	260
5.3. Partilha indireta em favor dos Estados, DF e Municípios	263
5.4. Proibição de retenção e restrições à repartição constitucional de receitas tributárias.....	266
6. Dívida Ativa da União de natureza tributária e não tributária	268
7. Fundos especiais	270
Capítulo 5 ► CRÉDITO PÚBLICO E DÍVIDA PÚBLICA	277
1. Conceito e natureza jurídica	277
2. Classificação do crédito público.....	279
2.1. Quanto à pessoa jurídica que obtém o crédito	279
2.2. Quanto à coercitividade.....	279
2.3. Quanto à origem territorial do empréstimo	280
2.4. Quanto ao prazo	281
2.5. Classificação constitucional.....	284
3. Princípios dos empréstimos públicos	284
4. O crédito público na Constituição da República de 1988	285
5. Crédito público e dívida pública na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	289
5.1. Dívida pública mobiliária	290
5.2. Limites da dívida pública e das operações de crédito	292
5.3. Recondição da dívida aos limites.....	294
5.4. Operações de crédito	295
5.5. Vedações em matéria de endividamento público	301
5.6. Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).....	304
5.7. Concessão de garantias	306
6. Formas de extinção da dívida pública	310
7. A dívida pública e o novo regime fiscal (ECs 95/2016 e 102/2019)	311
8. O Novo Regime Fiscal Sustentável ou “Novo Arcabouço Fiscal”	317
9. Regime de recuperação Fiscal	322
Capítulo 6 ► FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	329
1. Transparência, controle e fiscalização dos orçamentos.....	329
2. O controle externo	333
2.1. O controle externo exercido pelos Tribunais de Contas.....	334
2.2. Formas de controles exercidos pelos Tribunais de Contas	338

2.3. Competências dos Tribunais de Contas.....	340
2.4. Eficácia das decisões dos Tribunais de Contas	358
2.5. Relatórios dos Tribunais de Contas	360
2.6. Controle de constitucionalidade exercido pelos Tribunais de Contas	360
2.7. Competência dos Tribunais de Contas para expedir cautelares.....	361
2.8. Competência do TCU conforme entendimentos do próprio Tribunal	362
2.9. Comissão Mista Permanente.....	369
2.10. Tribunal de Contas da União	369
Capítulo 7 ▶ SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	375
1. Conselho Monetário Nacional (CMN).....	381
2. Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).....	386
3. Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC)	388
4. Banco Central do Brasil	388
4.1. O Banco Central na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	393
5. Comitê de Política Monetária (COPOM)	396
6. Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	397
7. Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)	399
8. Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).....	400
9. Banco do Brasil S/A.....	402
10. Caixa Econômica Federal (CEF).....	404
11. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social (BNDES).....	406
Capítulo 8 ▶ CRIMES RELACIONADOS ÀS FINANÇAS PÚBLICAS	409
1. Crimes contra as finanças públicas no Código Penal	409
1.1. Contratação de operação de crédito.....	411
1.2. Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	412
1.3. Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura	414
1.4. Ordenação de despesa não autorizada	416
1.5. Prestação de garantia graciosa	419
1.6. Não cancelamento de restos a pagar	421
1.7. Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura	422
1.8. Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	423
1.9. Infrações administrativas contra as leis de finanças públicas	424
2. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional – Lei 7.492/86	425
2.1. Bem jurídico tutelado	428
2.2. Sujeitos do crime	429

2.3. Competência	430
2.4. Delação premiada	431
2.5. Divulgação de informação falsa ou prejudicialmente incompleta (art. 3º)....	431
2.6. Gestão fraudulenta e gestão temerária (art. 4º)	432
2.7. Sonegação de informação ou prestação de informação falsa (art. 6º)	437
2.8. Emissão, oferecimento ou negociação irregular de títulos ou valores mobiliários (art. 7º)	438
2.9. Empréstimo ou adiantamento vedados (art. 17)	440
2.10. Financiamento mediante fraude (art. 19)	442
Capítulo 9 ▶ O DIREITO FINANCEIRO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19	445
1. Emenda Constitucional nº 106, de 2020	445
2. Leis Complementares nº 172/2020 e 197/2022	447
3. Lei Complementar nº 173, de 2020	448
4. Calamidade Pública e Regime Extraordinário Fiscal (EC 109/2021).....	455
5. Auxílio emergencial	457
6. Impossibilidade de responsabilização pela não aplicação dos percentuais mínimos em ensino (EC 119/2022).....	458
7. Importantes entendimentos sobre o Direito Financeiro e a COVID-19.....	459
SÚMULAS RELACIONADAS A DIREITO FINANCEIRO	463
Supremo Tribunal Federal.....	463
Superior Tribunal de Justiça.....	464
Tribunal de Contas da União.....	465
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	471